



Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do Laboep

Lygia Segala

O Laboep foi criado, em fins de 2003, na Faculdade de Educação da UFF, para discutir questões relativas ao patrimônio cultural brasileiro, seu contraponto internacional, suas relações com a educação, através de cursos e seminários, projetos de pesquisa e de extensão universitária [1]. Interessa articular essas iniciativas com as atividades curriculares das escolas de ensino fundamental e médio, com propostas e programas de formação de professores, com a ação educativa de instituições culturais.

Nas nossas salas de aula, as perguntas se acumulam: como se definem os usos sociais do passado, as modalidades pelas quais nos situamos em tempos particulares e diante de um futuro coletivo? Como pensar uma "política do passado" escapando dos termos que muitas vezes balizam esse debate: a valorização nostálgica de um tempo perdido ou a sua promoção entusiasmada como bem de consumo, celebração do mercado, arte turística? O que, de forma compartilhada, aprendemos a lembrar ou a esquecer sobre nossa história cultural? O que revelam os silêncios do conhecimento? O que é patrimônio cultural? Como essa idéia vem sendo formulada e apropriada nas instituições de ensino? Calçada em que campos disciplinares? Como esses debates se institucionalizam no Brasil, definindo conceitos de referência, metodologias particulares de gestão e de intervenção? Como essas diretrizes se vinculam ao debate internacional? Quem decide o que é ou o que não é patrimonial?

Comentamos, freqüentemente, em nossos cursos, como aprendemos a não conhecer a história cultural brasileira. Há referências fragmentadas, linhas de tempo embaralhadas, um ouvir dizer com poucos encaixes que se ligam, por vezes, a personagens e a enredos de telenovelas. O material didático disponível, o calendário das festas e dos feriados, as comemorações de um dia só na escola reforçam a apreensão da história cultural como um repertório de cenas e tipos caricatos, esvaziados de qualquer sentido relacional. As culturas indígenas são percebidas pela maior parte dos nossos alunos, muitos deles professores do



ensino fundamental da região metropolitana do Rio de Janeiro, como figuras emblemáticas de um passado remoto, decalcadas da primeira missa de Vitor Meirelles, ilustração quase obrigatória nos livros escolares. Em abril, reaparecem enfeitados com penas de fantasia e colares de macarrão. As culturas africanas, ibéricas, também são saberes opacos, assim com aqueles sobre os imigrantes que, nas suas diferenças, também “fizeram o Brasil”. As pesquisas de ponta da Antropologia e da História cultural ainda estão longe dessas salas de aula, inclusive das de formação de professores. Se esses processos sociais e culturais não são conhecidos e compreendidos, re-situados nas lógicas da globalização, como discutir a relevância de bens patrimoniais?

No debate contemporâneo, o sentido de patrimônio se alarga. Não é apenas o bem que se herda, mas o bem constitutivo da consciência de um grupo, um campo de disputas e de negociações, articulando-se estreitamente à memória e às identidade sociais. Como observa Nora [2], passamos hoje de um patrimônio de tipo nacional a um patrimônio de tipo simbólico e identitário, de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado, de um patrimônio visível a um patrimônio invisível, de um patrimônio ligado ao Estado a um patrimônio social, étnico ou comunitário. A idéia de preservação de um bem cultural se articula, pois, estreitamente, ao seu conhecimento e ao seu uso social, à ciência e à consciência do patrimônio.

O Laboep, para além do trabalho docente, vem realizando vários seminários, com pesquisadores convidados, sobre patrimônio cultural material e imaterial. Também acompanha e desenvolve alguns projetos, dentre os quais mencionamos:

- Caniço e samburá: ação educativa do Museu de Arqueologia de Itaipu [3], cujo objetivo é preparar a visita de professores e alunos ao Museu. Em cesta artesanal, utilizada na atividade pesqueira, estão reunidos documentos textuais e fotográficos sobre arqueologia, sobre o Museu, sua história, as peças da exposição; recortes de jornais sobre pesquisas científicas afins; entrevistas gravadas com pescadores da colônia local; um bloco de histórias para contar, feito por professores, a partir de suas pesquisas, de suas experiências de visita à instituição. As cestas são emprestadas às escolas, semanas antes da ida ao Museu. O material é trabalhado e recriado por alunos e professores, com o intuito de compreender e prever “o passeio de descobertas”.
- Bandas d’Além Almanaque de Educação Patrimonial. O projeto nasceu em uma sala de aula da Faculdade de Educação. Discutia-se, então, nos cursos de antropologia e educação, a idéia de patrimônio cultural construída no pensamento social brasileiro e as formas particulares de sua apropriação nos currículos escolares e nos materiais didáticos. Como um dos desdobramentos dessa reflexão, tratamos, especificamente, dos bens tombados da



cidade de Niterói, um roteiro pouco conhecido por nossos alunos. Foram lembrados, visitados e revisitados, conhecidos nos textos, nas coleções iconográficas, considerados na complexidade da malha urbana. Valorizaram-se as experiências de deslocamento, os sentidos de percurso, o exercício da observação, do registro, da “escuta sensível” do outro, buscando-se participar da construção tensa de um senso coletivo de patrimônio cultural. Histórias para contar foram escritas, lidas e comentadas em oficinas. Apareceram versos, receitas e adivinhas criando-se a “cidade que interessa à escola”. Nessas incursões, o território se transformou material e simbolicamente, trazendo, no tempo presente, os lugares de memória e de esquecimento, o fabulário da infância, os projetos urbanos novos. Compilados esses papéis diferentes, decidimos editá-los como Almanaque, explorando a sua lógica de fragmentos, de narrativas concorrentes, construídas na fronteira entre a textualidade e a oralidade.

Contando essas histórias, outras tantas vêm aparecendo nas escolas, através de projetos de extensão, desdobrando dos bens tombados, marcas oficiais em pedra e cal, recortes da paisagem, a tessitura de saberes, expressões e celebrações; lugares de encontro, de festa e de devoção.

- Projeto Saberes da construção: casas de colono e casas de trabalhadores em assentamentos rurais fluminenses, tem por objetivos a preservação e a divulgação dos saberes e técnicas artesanais de construção de casas utilizadas pelo colonato da cafeicultura fluminense, a partir do final do século XIX. As antigas casas de colono, construídas nessa região em pau-a-pique, estão em processo de desaparecimento, assim como os diversos saberes relacionados à sua construção e recriação. O projeto vem desenvolvendo atividades, no âmbito da educação patrimonial, articulando esses saberes tradicionais a resultados de pesquisas contemporâneas sobre métodos de construção de terra, realizadas por ONGs e centros acadêmicos, nacionais e internacionais. Entre estas atividades, citamos a montagem de uma exposição itinerante, a produção de material didático e a realização de oficinas junto a assentamentos, às escolas do ensino fundamental e à Universidade, no curso de formação de professores. Este projeto do Laboep conta com o patrocínio da Petrobras.

O Laboep está estruturado em um sistema de redes, modo mais horizontalizado de organização que implica em co-responsabilidade no trabalho de educação patrimonial, ampliando a circulação de informações, as possibilidades de debates, de propostas novas, de consolidação de grupos de pesquisa.

Notas



[1] O Laboratório de Educação Patrimonial teve seu Regimento Interno aprovado pelo Colegiado de Unidade da FEUFF, em outubro de 2003 e teve sua Coordenação e projeto de trabalho aprovados em 9 de fevereiro de 2004. A coordenação do Laboep está a cargo das Professoras Lygia Segala (Coord.) e Lea Calvão (Vice-coord.).

[2] Cf. NORA,P. "Conclusion des Entretien". *Science et Conscience du Patrimoine. Actes des Entretien du Patrimoine*. Paris : Librairie Fayard/ Éditons du Patrimoine, 1997 :391.